



## MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: A VIRADA DE 1979

### SOCIAL MOVEMENTS AND SOCIAL WORK: THE 1979 TURN

**Maria Lúcia Duriguetto\***

<https://orcid.org/0000-0001-5800-7289>

**Juliano Zancanelo Rezende\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-2400-6023>

#### RESUMO

Nestes 40 anos do *Congresso da Virada*, resgatamos elementos do processo histórico da relação das organizações sindicais do Serviço Social com o movimento operário e popular e seu impacto para a ruptura com o conservadorismo na profissão simbolizada na *virada* de 1979.

#### PALAVRAS-CHAVE

Movimento Sindical e popular. Serviço Social. Congresso da Virada.

#### ABSTRACT

In these 40 years of the *Turn Congress*, we have rescued elements of the historical process of the relationship of the social work union organizations with the workers and popular movement and its impact on the break with conservatism in the profession symbolized by the *turn* of 1979.

#### KEYWORD

Union Movement. Social Work. Turn Congress.

Submetido em: 10/10/2019.

Aceito em: 13/11/2019.

#### INTRODUÇÃO

**A** partir da segunda metade da década de 1970, o desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais que portavam necessidades e demandas das classes

---

\* Assistente Social. Pós-doutorado pela Universidade de Calábria – Itália. Prof.<sup>a</sup>. Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário, Bairro São Pedro. CEP: 36036-900, Juiz de Fora (MG). E-mail: <maluduriguetto@gmail.com>.

\*\* Assistente Social. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário, Bairro São Pedro. CEP: 36036-900, Juiz de Fora (MG). Bolsista CAPES. E-mail: <julianozancanelo@gmail.com>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n38p11-23



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

subalternas, principalmente protagonizado pelo movimento operário, modificou o cenário da correlação de forças do processo de abertura democrática no Brasil. É este cenário conjuntural de efervescência da luta de classes que propiciou a *condição política* para a reorganização sindical dos assistentes sociais brasileiros. O fortalecimento da organização político-sindical da categoria profissional foi um determinante central para o acirramento da disputa de projetos societários e profissionais no interior do Serviço Social<sup>1</sup>, demarcando o acelerar do processo de desenvolvimento e, posterior consolidação, da vertente de *intenção de ruptura*<sup>2</sup> com o conservadorismo. Neste ano em que comemoramos as quatro décadas do *Congresso da Virada*, este artigo resgata o protagonismo da ação de segmentos profissionais em suas inserções e relações com o movimento operário e popular na construção da direção social do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que teve, enquanto marco simbólico decisivo, a intervenção no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS, 1979).

Em uma conjuntura contemporânea de radical avanço do conservadorismo e de ataques aos direitos de cidadania como a atual e, ao mesmo tempo, em que se nutrem as variadas formas de expressão do conservadorismo na profissão, evidenciar a relação histórica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais - aqui, em particular, o movimento sindical - é afirmar a necessária sintonia cotidiana da profissão com os processos de resistências e de organização das classes subalternas para o fortalecimento da direção sócio-política do projeto profissional. Nessa direção, concordamos com Ramos e Santos (2016), que “[...] todo o acúmulo alcançado até o momento, que fundamenta o projeto ético-político profissional, precisa cotidianamente ser ativado e aprofundado” (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 231).

## LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: A CONJUNTURA DOS ANOS 1970

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960 com o chamado Movimento de Reconceituação latino-americano<sup>3</sup>. Na particularidade brasileira, foi nos últimos anos da década de 1970, no

---

<sup>1</sup>Segundo Netto (1999), os projetos societários são projetos coletivos que “[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 1999, p. 93). São, portanto, projetos que se originam e que defendem determinada perspectiva de classe. Já os projetos profissionais seriam aqueles que dizem respeito às profissões reguladas juridicamente e que supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva. Tais projetos “[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão [...]”, (NETTO, 1999, p. 95), elegendo os valores que a legitimam socialmente, delimitando seus objetivos e funções, formulando os requisitos para o seu exercício e estabelecendo normas e balizas para a atuação profissional.

<sup>2</sup>A gênese da raiz do desenvolvimento deste novo projeto profissional está no movimento reconceituador latino-americano, em particular na experiência chilena. Para uma análise do processo de emergência, desenvolvimento e consolidação da perspectiva de *intenção de ruptura*, consultar Netto (1991). Outras determinações presentes neste processo de formação de uma contra-hegemonia profissional crítica ao conservadorismo podem ser encontrados em Duriguetto e Marro (2016).

<sup>3</sup>É importante lembrar que a relação do Serviço Social com os conflitos sociais de classe e os segmentos subalternos organizados atravessa a profissão desde a sua gênese, ainda que esta relação fosse permeada pelo controle do seu cotidiano, a reprodução da dominação e o apaziguamento desses sujeitos (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 1986; ABREU, 2002). Entretanto, essa relação começa a ser objeto de críticas sistemáticas com o processo de Reconceituação, que demarcou a erosão das bases do *Serviço Social tradicional*, entendido como “[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências

contexto do regime autocrático burguês, que as expressões do movimento de reconceituação ganharam materialidade na profissão.

O processo que alavancou a nossa transição democrática contra o projeto de abertura dos militares teve como móvel uma ativa presença de lutas sociais das classes subalternas expressa na reinserção da organização sindical operária por meio do chamado *novo sindicalismo*, que repôs a dinâmica política da luta de classes a partir do universo fabril e catalisou as demandas econômico-sociais dos movimentos sociais urbanos<sup>4</sup>, rurais e estudantis nos processos de alavancagem da derruição do regime autocrático burguês.

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. [...] Em suma, o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial, torna-a inteiramente visível no final dos anos 1970 e a conduz a seu momento terminal: compele a oposição burguesa a avançar, inviabiliza a reprodução do regime ditatorial e cria condições para projeções societárias diferentes no Brasil (NETTO, 2009, p. 26-27).

Segmentos profissionais do Serviço Social não assistiram de forma passiva e neutra este contexto de acirramento da luta de classes. Na evidência de Souza (2009, p. 109):

Aos poucos a população foi tomando consciência dos seus direitos e de sua força, começando a se mobilizar para exigir mudanças. Foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história. Os assistentes sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados<sup>5</sup> (SOUZA, 2009, p. 109).

---

psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como dado factual ineliminável” (NETTO, 2005, p. 6).

<sup>4</sup>Movimentos de bairro com lutas por serviços de saúde, creches; transportes coletivos; contra a carestia; organizações de luta pela redemocratização, de mulheres, étnico-raciais, criança e adolescente, entre outros. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) foram um espaço importante nas ações de fomento e indução de diversos movimentos de bairro, especialmente nas grandes capitais. Para uma sumária relação entre o acirramento das expressões das desigualdades sociais no período autocrático burguês e a emergência dos movimentos urbanos e rurais consultar Montão e Duriguetto (2010).

<sup>5</sup> Como alguns exemplos da articulação e do engajamento de segmentos profissionais com as lutas populares, Peres (2009) evidencia: “Participamos do 1º Congresso da Mulher Paulista, da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS); do Movimento de Favelas; do evento de 1º de Maio histórico em São Bernardo do Campo (1980); do apoio aos movimentos grevistas da época; da rearticulação dos trabalhadores do serviço público, em que a maioria dos assistentes sociais se inseria; e das reivindicações específicas da categoria, como a luta pelo salário mínimo profissional, cargos e carreiras, práticas profissionais, dentre outros” (PERES, 2009, p. 141).

É neste cenário que as entidades sindicais de assistentes sociais se rearticularam enquanto espaço de organização política da categoria com a realização do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais em agosto de 1978 em Belo Horizonte, sob a coordenação do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais.<sup>6</sup> Este encontro simbolizou a primeira experiência articulada de reorganização político-sindical da categoria em âmbito nacional. O II Encontro realizou-se em novembro de 1978, pautando o trabalho intersindical e a intensificação da articulação nacional entre a categoria para troca de experiências de atuação política das entidades sindicais.<sup>7</sup>

Nesse período, enquanto experiência de luta unificada, a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APAS-SP) esteve presente ativamente em lutas por direitos juntamente com diversos profissionais de outras categorias, denunciando a política econômica de arrocho salarial da autocracia burguesa e reivindicando demandas sociais no âmbito do serviço público. Lideranças sindicais da categoria de assistentes sociais, como Luiza Erundina de Souza, compuseram comandos de mobilização e de greve, constituindo experiências de inserção em lutas sindicais para além da categoria profissional.

Após a experiência das greves setoriais em 1978 no serviço público estadual, organizou-se, em São Paulo, a Campanha Salarial Unificada dos Serviços Públicos, que se constituiu em um canal de expressão das reivindicações dessa categoria de trabalhadores, privada de direitos sindicais e sacrificada pela política de contenção salarial imposta pela elite dirigente. Como assistente social da Prefeitura de São Paulo, integrei o Comando Geral da greve dos funcionários municipais e a Comissão de negociação, representando também a categoria dos assistentes sociais como presidenta da APAS-SP. Assumi, naquele momento, a liderança do movimento grevista do funcionalismo municipal, o que me possibilitou uma extraordinária experiência de participação política e, para a APAS-SP, a participação na greve trouxe resultados muito positivos, pois levou à mobilização e participação dos assistentes sociais diretamente interessados nas reivindicações, além de gerar um valioso saldo de consciência política. A APAS-SP integrou, também, a Comissão Permanente de Mobilização formada por quarenta entidades, com o objetivo de apoiar os trabalhadores em greve no ABCD, em março de 1979, quando ocorreu a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos daquela região (SOUZA, 2009, p. 111-112).

---

<sup>6</sup>A realização do I Encontro Nacional só foi possível por meio do apoio político e financeiro do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS). Como elucidam Abramides e Cabral (2009), o “[...] CELATS, organismo acadêmico da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAEETS), constituiu-se na referência teórico-política da profissão, com investimento na pesquisa e na aglutinação e incentivo às experiências sócio-profissionais presentes no setor progressista da profissão. São expressões desse apoio no Brasil: a realização dos Seminários Latino-Americanos de Serviço Social em 1977 em Porto Alegre, em 1979 em São Paulo; a experiência profissional do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais-INOCOOP no Rio de Janeiro, no espaço ocupacional da habitação social; a pesquisa sobre a profissão que culminou com a produção do Livro Serviço Social e Relações Sociais no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica, de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho em 1982 e o financiamento de projetos na área sindical, primeiramente por meio de um convênio com o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais em 1977 e a seguir com um convênio com a CENEAS, de 1979 a 1983” (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 60-61). Nestes convênios foi acordado o financiamento, pelo CELATS, dos encontros nacionais sindicais da categoria e, também, para a realização de uma pesquisa sobre as condições de trabalho do assistente social. Essa pesquisa foi fundamental para respaldar o processo de luta econômica da categoria por melhores condições de trabalho, como a reivindicação por um piso salarial mínimo profissional.

<sup>7</sup>Participaram do I Encontro as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, na sua coordenação. Do II Encontro estavam presentes os sindicatos do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio grande do Norte, Minas Gerais e Ceará; e as APAS de São Paulo, Bahia e Goiás; Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) – seção Sergipe; Associação Regional de Assistentes Sociais (ARAS) de Ribeirão Preto (SP) Abramides e Cabral (1995).

Em agosto de 1979 realizou-se, no Rio de Janeiro, sob a influência e financiamento do CELATS, o Encontro Nacional de Capacitação Continuada, o qual propiciou uma reflexão dos participantes sobre a importância de uma articulação nacional dos assistentes sociais a partir da base<sup>8</sup>.

O CELATS reuniu, nesse Seminário, os projetos apoiados por ele em todo o território nacional. Com as decisões tomadas apoiou, mais uma vez, o Encontro de Entidades Sindicais realizado desta feita em São Paulo, às vésperas do III CBAS. [...] Não tínhamos a dimensão do pavio que estávamos acendendo, bem como das explosões que iriam ocorrer [...] no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais no mês seguinte em São Paulo (MARCONI, 2009, p. 128).

Sob a convicção de uma necessária articulação do conjunto das entidades sindicais da profissão – como desdobramento das discussões deste Encontro Nacional - foi realizado na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional, em 1979.<sup>9</sup> Nesse encontro, foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS)<sup>10</sup>, que seria o espaço de articulação das entidades sindicais, de encaminhamento nacional das decisões tomadas e de incentivo à criação de outras entidades sindicais nos estados em que ainda não existiam. Além do encaminhamento das deliberações formuladas nos dois Encontros anteriores, consistia um objetivo central do CENEAS organizar a intervenção das entidades sindicais no III CBAS, que se iniciaria no último dia deste III Encontro. Neste, quando da realização de um seminário sobre a conjuntura nacional, preparou-se um manifesto crítico em relação à organização do CBAS, pois havia uma avaliação de seu caráter conservador dado pelos seus conteúdos, formato e homenageados. O objetivo da feitura deste manifesto seria publicizá-lo e debatê-lo no CBAS. Assim, não se pode entender as rupturas políticas ocorridas no congresso sem a ocorrência dessa prévia preparação estratégica elaborada neste III Encontro. O processo de articulação das entidades sindicais para atuação no III CBAS, além de demarcar clara posição na disputa por um projeto profissional que propunha o rompimento com o conservadorismo e alinhava-se às demandas da classe trabalhadora, também se apresentava como estratégia de aproximação com a base dos assistentes sociais para o fortalecimento do movimento sindical profissional. O III CBAS representaria, assim, um marco no processo de enfrentamento da perspectiva conservadora no interior da profissão e a explicitação do seu compromisso político com os interesses da classe trabalhadora e de suas organizações.

---

<sup>8</sup> Como afirma Iamamoto (2004), “[...] esse processo organizativo esteve por detrás da virada do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 108, grifos nossos).

<sup>9</sup>As entidades presentes ao III Encontro representavam 14 estados da federação e o Distrito Federal: Sindicatos de Minas Gerais, Ceará e Porto Alegre; das APAS de São Paulo, Bahia, Distrito Federal, Pará, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Paraná; da ABAS de Sergipe; dos Grupos pró-APAS do Maranhão e Piauí; da Oposição Sindical do Rio de Janeiro e das Associações Culturais de Campinas, Jundiaí e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 63).

<sup>10</sup>Dentre os objetivos da criação da CENEAS também destacamos o de inserir a profissão no movimento sindical mais geral e suas lutas como a questão salarial, condições de trabalho e emprego; e o encaminhamento de lutas específicas, com destaque para o salário mínimo profissional.

### III CBAS: ASSISTENTES SOCIAIS COMO TRABALHADORES(AS) E COM OS(AS) TRABALHADORES(AS)

O III CBAS teve uma participação de profissionais, docentes e estudantes politicamente diversificada<sup>11</sup>, com a presença de setores conservadores da profissão e, de outro lado, o polo combativo de segmentos profissionais progressistas participantes das dezoito entidades sindicais sob a orientação política da CENEAS. Como anteriormente posto, da articulação sindical da categoria no III Encontro Nacional resultou-se na confecção de um manifesto crítico do congresso, em que questões referentes à sua programação, organização e direção política foram questionadas.

1. A preparação do III CBAS não garantiu a consulta aos assistentes através de discussões amplas e democráticas; 2. A forma de organização impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição no congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação) não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros; 3. A limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente próximos à conclusão do curso que não só têm interesse e necessidade de discutir com a categoria como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira; 4. A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuíram para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico; 5. O repúdio ao convite de honra feito aos representantes do governo, principalmente ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos numa tentativa de impedir a luta dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal decorrente da política governamental que reprime manifestações populares (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1980 *apud* ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 64).

A articulação ofensiva e organizada do campo progressista e crítico se desdobrou em conquistas políticas no que se refere aos rumos do congresso, tornando-se pública a posição de enfrentamento ao conservadorismo. De maneira estratégica, o manifesto aprovado no III Encontro foi debatido nos grupos temáticos pelos demais congressistas, centrando-se na explicitação da retomada das lutas sociais contra a ditadura e da necessidade da profissão à elas se vincularem enquanto parte da classe trabalhadora, condição que também se desdobrava nas relações e inserções precárias nos seus espaços sócio-ocupacionais. Também debateu-se a proposta de destituição da Comissão de Honra. No segundo dia do Congresso, as entidades representativas dos assistentes sociais

---

<sup>11</sup>O III CBAS realizou-se em São Paulo entre os dias 23 a 28 de setembro de 1979 no Palácio das Convenções do Parque Anhembi sob organização do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e do Conselho Regional da 9ª região (SP) com o tema *Serviço Social e Política Social*. Estavam presentes cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país. Em sua saudação, o representante do CRAS saudou os congressistas, dando boas vindas ao congresso que se iniciava “[...] nesta terra amiga, acolhedora e boa, onde um povo dinâmico e ordeiro trabalha, estuda, conta e reza, realiza e progride sob a benção do apóstolo Paulo” (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1979 *apud* FALCÃO, 2010, p. 256).

organizaram uma assembléia que contou com cerca de 600 delegados<sup>12</sup>. Nela foi aprovada o manifesto saído do III Encontro<sup>13</sup>.

Os debates do congresso, a partir de então, assumiram um crescente conteúdo de contestação ao regime autocrático-burguês e da necessidade de sua superação. Foram aprovadas diversas propostas de modificações quanto ao seu funcionamento e conteúdo. As principais podem ser resumidas em: participação de representantes da comunidade e lideranças sindicais nas mesas temáticas; discussão sobre trabalho e salário da categoria; assembléias para discutir os encaminhamentos; e, como marco simbólico maior da *virada*, a destituição da Comissão de Honra<sup>14</sup> e sua substituição por representantes que simbolizassem “[...] todos os trabalhadores deste país, por todos os que morreram na luta pelas liberdades democráticas e por todos que lutam pela democracia deste (sic) país (CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS apud FALCÃO, 2010, p. 260).

Na sessão de encerramento do CBAS, em que foram chamados a compor a mesa representantes sindicais (Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; representante da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Osasco); representante do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde da Zona Leste; da Frente Nacional do Trabalho (em homenagem aos trabalhadores brasileiros e a todos os que morreram na luta em defesa da democracia); e uma representante das entidades sindicais de assistentes sociais, Luíza Erundina de Souza, presidente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), Abramides e Cabral (1995); Souza (2009).

Alterações também foram realizadas na programação, tanto no conteúdo a ser abordado, como nos componentes das mesas e painéis.

As políticas setoriais deveriam ser analisadas na visão de totalidade, enfocando a política social no capitalismo e, em todas as mesas e painéis seriam incluídos participantes de movimentos de base, lideranças sindicais, movimentos sociais, entre

---

<sup>12</sup>Como elucidam Abramides e Cabral (2009, p.65-66), “a comissão organizadora do CBAS passa a alterar a programação pré-estabelecida a partir das deliberações das assembléias permanentes [...]. A adesão de 500 participantes à primeira assembléia foi o elemento impulsionador de massificação da adesão. Cabe registrar que esses participantes que aderiram, no primeiro momento, ao chamamento da CENEAS, eram compostos por todos os sindicalistas das 18 entidades sindicais; pelos assistentes sociais de base que já militavam nas associações e sindicatos em comissões de mobilizações como as de sindicalização, filiação, de inserção nas lutas dos trabalhadores do serviço público nos três níveis; assistentes sociais que trilhavam, nos espaços sócio-profissionais, as experiências inovadoras e articuladas aos movimentos sociais; assistentes sociais que participavam de grupos de debates e estudos na perspectiva crítica; docentes da ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) e do movimento das universidades e representantes do movimento estudantil.

<sup>13</sup> Aqui se culmina politicamente o processo de organização que estava se desenvolvendo na categoria: “[...] nós já tínhamos uma massa crítica que estava se movimentando, se articulando. [...] Só pode pensar esse Congresso pela existência de luta de classes nesse país. Não foi a categoria endogenamente ou um grupo de pensantes que realizou [...] não é isso. Nesse sentido, essa assembléia representou o ponto de partida para mudanças profundas naquele evento. Nela se decidiu a “virada” do Congresso” (Entrevista de ABRAMIDES apud FALCÃO, 2010, p. 258).

<sup>14</sup> Até então composta pelo então presidente da República, o general João Batista Figueiredo, pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, patrono que abriu o congresso; além do ministro da Assistência e Previdência, Jair Soares, o governador, o prefeito e o secretário da Promoção Social de São Paulo (Paulo Salim Maluf, Reinaldo de Barros e Antônio Salim Curiati, respectivamente).

eles: feminista, contra a carestia e pela anistia. Outra modificação na programação foi a inclusão da discussão sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais, por ser o profissional um trabalhador assalariado [...]” (BRAVO, 2009, p. 689).

Também, como exemplo de uma postura classista e de solidariedade de classe, o conjunto dos profissionais progressistas e combativos articulou a aprovação da transferência de recursos do congresso para fundos de greves, anunciou posicionamentos em defesa das lutas populares e apresentou propostas de moções de repúdio como à intervenção nos sindicatos e à prisão de líderes sindicais.

Essas sumárias observações parecem minimamente bastantes para justificar a qualificação do III Congresso como um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão (NETTO, 2009, p. 35).

É fundamental evidenciar que foi destacadamente a intervenção articulada e organizada das entidades sindicais, segmentos profissionais e segmentos acadêmicos (docentes e estudantes), possibilitada pela condição política de reinserção das lutas do movimento operário e popular no cenário nacional, que fez possível a virada na direção social da profissão em 1979. Como explicita Netto (2009):

[...] o que particulariza a situação do Serviço Social (embora, numa análise mais abrangente de outras categorias profissionais, possam ser identificadas situações similares) é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional: O que sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial. De fato, nas suas expressões imperaram, até o III CBAS, o silêncio e a omissão em face da ditadura. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político<sup>15</sup> (NETTO, 2009, p. 30-31).

A CENEAS existiu, enquanto um mecanismo de articulação sindical nacional no Serviço Social, de 1979 a 1983, quando neste ano foi constituída a Associação Nacional Pró-

---

<sup>15</sup> Podemos explicitar, que do processo de origem da profissão até meados da década de 1970, a organização política do Serviço Social, expressa em suas entidades representativas, foram hegemônicas pelo conservadorismo, reforçando as características do Serviço Social *tradicional*. Nos debates dos fundamentos teórico-metodológicos, especialmente no período da autocracia burguesa, ao analisar o documento de Araxá (1967), pode-se constatar uma expressiva alienação do Serviço Social em face da realidade da autocracia burguesa e suas manifestas expressões de abortamento das liberdades democráticas e civis e de acentuação das expressões das desigualdades sociais, o que permanece nos documentos posteriores de Teresópolis (1970) e Sumaré (1978). E, como evidencia Netto (2009), neste mesmo período, contingentes de assistentes sociais assumiram cargos e postos de trabalho em órgãos estatais e públicos por indicação política. Mas, também, tivemos minoritários segmentos profissionais, docentes e estudantes que resistiram e combateram a autocracia burguesa, sendo alvos de sua repressão e terrorismo.



Federação dos Assistentes Sociais (ANAS), em Salvador (BA), com o objetivo de articular nacionalmente as associações e entidades sindicais. Em 1985, é aprovada a filiação da ANAS à Central Única dos Trabalhadores (CUT), sintonizando nossas organizações sindicais com o que havia de mais classista e combativo na época<sup>16</sup>.

As entidades sindicais de assistentes sociais contribuíram tanto para a formação de uma contra-hegemonia na direção social da profissão como foram partícipes ativos da construção da nova Central, também compondo e ocupando suas direções locais, regionais, estaduais e nacional<sup>17</sup>. Essa inserção das organizações sindicais da categoria nos processos de desenvolvimento do movimento sindical mais geral dos trabalhadores contribuiu fortemente para a formação de uma consciência da condição de trabalhador assalariado em segmentos profissionais, o que possibilitou o encaminhamento de lutas por demandas específicas da categoria, como a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores públicos federais (PCC); a luta por melhores condições de trabalho, o salário mínimo profissional e carga horária, como diversas ações solidárias de classe às lutas do conjunto dos trabalhadores como às lutas contra o regime autocrático burguês e sua política econômica de arrocho salarial; a defesa de condições dignas de vida e de trabalho; a garantia de autonomia sindical frente ao Estado e aos patrões; apoio financeiro e político aos fundos de greve das categorias em luta; à luta pela volta dos sindicalistas cassados pela ditadura; participação em greves gerais no país; o combate à discriminação e opressão de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual; entre outras<sup>18</sup>. No campo específico dos direitos e políticas sociais, um conjunto de reivindicações foram formuladas:

a- Pela reforma sanitária e Implantação do SUS (Sistema Único de Saúde); b- Pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito de uso nas favelas, pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no direito à habitação, à terra e à cidade; c- Pelo transporte coletivo, de qualidade, subsidiado pelo Estado; d- Pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado, universal; e- Pelas creches diretas como direito das crianças, das mulheres e homens trabalhadores e pela organização da mulher trabalhadora; f- Por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos; pelo direito à livre orientação sexual (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 95).

---

<sup>16</sup>Há que se demarcar que a vanguarda do Serviço Social, em parcela considerável, participava ativamente da organização do Partido dos Trabalhadores, o que a aproximava das formulações em prol da criação de uma central sindical autônoma e independente, surgida por fora da legislação sindical restritiva da época. A filiação da ANAS à CUT é acompanhada por vinte entidades de base (18 sindicatos e 02 associações pró-sindicais). Dois sindicatos se filiam à Central Geral dos Trabalhadores (CGT); nove não se filiam a nenhuma central. Destas, duas têm suas diretorias alinhadas à CGT e seis têm uma vinculação à CUT.

<sup>17</sup> Majoritariamente, os dirigentes sindicais e representações de base das APAS, dos Sindicatos, da CENEAS e da ANAS, participaram de todo o processo do novo sindicalismo desde a articulação na ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), da 1ª CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), das comissões Pró- CUT e do Congresso de Fundação em 1983, e todos os congressos da Central até 1992 (ABRAMIDES; CABRAL, 2009).

<sup>18</sup> No II Congresso da CUT, em 1986, foi debatida a alteração da estrutura sindical organizada por categoria profissional para a de ramo de atividade econômica de modo a contribuir para a maior unidade das lutas dos trabalhadores. Dentre os objetivos desta alteração estava tanto o de potencializar politicamente o poder de reivindicação econômica dos trabalhadores como também colaborar para a unidade classista do polo do trabalho na luta de classes. A decisão da categoria profissional pela adesão à proposta da CUT foi deliberada na IV Assembléia Nacional da ANAS (1989), o que implicou na sua extinção, em 1994.

As experiências advindas da inserção e engajamento concreto nas lutas reivindicativas dos trabalhadores de segmentos da categoria, principalmente no âmbito sindical, possibilitou, além da *politização à esquerda*<sup>19</sup> da dimensão ideo-política da profissão, uma “[...] articulação dos assistentes sociais com profissionais de outras áreas, ampliando e fortalecendo, assim, sua própria atuação e a daqueles com os quais militavam e participavam das mesmas lutas” (SOUZA, 2009, p. 113). A *virada* posta no III CBAS se desdobrou na continuidade de ações e iniciativas nas instâncias e organizações da categoria na direção do desenvolvimento e consolidação hegemônica dos princípios ético-políticos que a conduziram.

## CONCLUSÃO

Como explicitam Duriguetto e Paula (2017), as organizações sindicais da categoria profissional, no período tratado neste artigo, portaram a defesa de projetos profissionais que foram desenvolvidos na relação com os contextos sócio-políticos nacionais. Ou seja, os processos organizativos se constituíram em defesa de projetos profissionais determinados por interesses de classe e em articulação com determinados projetos societários. É essa orgânica vinculação com determinados projetos profissionais e societários que possibilitou, no contexto da reinserção das lutas e organizações da classe trabalhadora na conjuntura da segunda metade da década de 1970, que se desencadeasse a *virada* profissional contra seu originário e histórico conservadorismo. O viés sindical classista, combativo e autônomo do novo sindicalismo bem como o desenvolvimento de variados movimentos sociais tiveram em seus processos de ação e de lutas a presença de segmentos profissionais, tendo rebatimentos tanto na atuação político-sindical da categoria quanto em uma nova apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Neste processo, o movimento sindical do Serviço Social pautou suas lutas não somente nas questões específicas da categoria em relação às suas condições de trabalho, mas também nas diversas bandeiras de lutas que a classe trabalhadora construía coletivamente. Foi nesse cenário, que as entidades sindicais da CENEAS e, posteriormente, da ANAS, foram fundamentais para o desenvolvimento do processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Entoados pela conjuntura de expressividade da luta de classes no Brasil, segmentos profissionais progressistas e combativos atuaram no âmbito do III CBAS de maneira estratégica, representando um marco fundamental para o processo de desenvolvimento do atual projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

Assim, podemos afirmar que a constituição das entidades representativas do Serviço Social – seu histórico de organização sindical; seus conselhos profissionais, entidade formativa e o movimento estudantil – foi uma mediação central para o desenvolvimento da relação da profissão com o universo político-organizativo da classe trabalhadora. Essa relação, constituída com mais força no final dos anos de 1970 com a retomada das organizações e lutas dos trabalhadores no cenário nacional, e consolidada no tempo presente, estabeleceu e estabelece a interlocução política de nossa categoria com os espaços organizativos dos trabalhadores e a incorporação de suas demandas e interesses na

---

<sup>19</sup> No campo partidário, apesar da inserção majoritária da vanguarda militante das entidades organizativas de assistentes sociais ter estado vinculada ao PT, identificava-se um considerável setor militante organizado no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Partido Comunista do Brasil (PC do B), no Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) e no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Abramides (2009); Pinheiro (2009).

agenda profissional<sup>20</sup>. Não temos dúvida em afirmar que foi e é essa interlocução e incorporação que deu substância política ao projeto profissional, ao vinculá-lo a um projeto societário voltado para a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. **O novo sindicalismo e o serviço social**: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BRAVO, M. I. S. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 100, 2009.

DURIGUETTO, M. L.; PAULA, L. G. P. Serviço Social: organização profissional e relação com as organizações, movimentos e lutas dos trabalhadores. In: COIMBRA, A. L.; DELGADO, L. **Trabalho, democracia e movimentos sociais**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2017.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, M. L. O. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

FALCÃO, F. J. **Organizações revolucionárias no Brasil**: Itinerários de integração à ordem. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Serviço Social brasileiro e a articulação latino-americana. **Temporalis**, Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 7, jan./jun. 2004.

---

<sup>20</sup> Para uma análise desta relação e de seus desafios conferir Abramides e Duriguetto (2014).

SOUZA, L.E. Depoimento. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília (DF), 2009.

MARCONI, R. Depoimento. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília (DF), 2009.

MONTÃO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília (DF), 2009.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 84, 2005.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo I: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD/UNB, 1999.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

PERES, Célia Fernandes Vilarinho. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília (DF), 2009.

PINHEIRO, M. Depoimento. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília (DF), 2009.

RAMOS, S.; SANTOS, S. M. M. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

---

**Maria Lúcia Duriguetto** a participação como uma das autoras deste artigo é proveniente do desenvolvimento das atividades do projeto de iniciação científica intitulado “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil no período de 1970-1980”, em que sou coordenadora. As atividades do referido projeto de iniciação científica compõem os trabalhos do subgrupo de pesquisa que analisa a relação do Serviço Social com os movimentos sociais que compõe a pesquisa *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória* coordenada pelas profas Marilda V. Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos.

Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-Doutorado pela Universidade da Calábria - Itália (UC-Itália). Professora Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora. Temáticas de pesquisa: Teoria dos Movimentos Sociais; Democracia; Serviço Social e processos de mobilização e organização popular.

**Juliano Zancanelo Rezende** a participação como um dos autores deste artigo é proveniente do desenvolvimento das atividades do projeto de iniciação científica intitulado *A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil no período de 1970-1980*, inicialmente enquanto bolsista PIBIC/CNPq e, posteriormente, como colaborador. Os resultados da minha participação na pesquisa estão contidos no meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A relação do serviço social com os movimentos e lutas sociais: contribuições históricas para a ruptura com o conservadorismo da profissão no Brasil*.

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestrando em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF. Temáticas de pesquisa: Serviço Social; Movimentos Sociais; Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social.

---